

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white sans-serif font on a solid blue rectangular background.

Manifestações. A crise do neodesenvolvimentismo e a disputa de classes [Manifestations. The crisis of neo-developmentism and the class struggle]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Fachin, Patricia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-09-25 08:28:26
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/158345

#MARÇO2015 - Dossiê Manifestações

Manifestações. A crise do neodesenvolvimentismo e a disputa de classes

Na análise do sociólogo Giovanni Alves, as mobilizações de 13 e 15 de março não alteraram a dinâmica social e política da sociedade no Brasil

Por Patricia Fachin

“Está claro que junho de 2013 foi o ensaio geral para o 15 de março de 2015”, comenta Giovanni Alves em entrevista à **IHU On-Line**, concedida por e-mail. Na avaliação dele, nas manifestações que ocorreram há dois anos, “saíram às ruas os filhos da ‘classe média’, inquietos e rebeldes (o precariado); em 2015 saíram às ruas seus pais ou mesmo toda família verde-amarela”. Os pobres, ao contrário, não participaram dos protestos contra o governo e “assistiram bestificados às duas manifestações. Os pobres — o subproletariado — ainda não entraram em cena”, pontua.

Apesar de assumir uma postura crítica e contrária às manifestações do dia 15, Alves afirma que “há sempre razões para que ocorram movimentos sociais nas ruas. O problema é que as verdadeiras razões da indignação de ‘classe média’ podem ser manipuladas. É preciso decifrá-las”.

Giovanni Alves frisa ainda que a proposta de reforma política sugerida pelos ministros da Justiça José Eduardo Cardozo e da secretaria Geral da Presidência Miguel Rossetto, em pronunciamento nacional na noite de domingo, dia 15, após o encerramento dos protestos, é “conservadora”. Isso porque a “Reforma Política que se desenha

hoje no Congresso Nacional é a Reforma Política do PMDB (...) que preserva o financiamento privado nas eleições e cria o voto distrital. Enfim, ao invés da democratização da política e da sociedade brasileira, caminhamos para a oligarquização da via institucional, consolidando uma democracia meramente protocolar, com sérios riscos de bloquearmos a via institucional-democrática para as mudanças sociais”.

Giovanni Alves é professor da Faculdade de Filosofia e Ciências do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, no campus de Marília. Livre-docente em teoria sociológica, é mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Atualmente, desenvolve o projeto de pesquisa “*A derrelição de Ícaro - Sonhos, expectativas e aspirações de jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil (2003-2013)*”. É autor de, entre outras obras, *Dimensões da precarização do trabalho - Ensaios de sociologia do trabalho* (Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2013). A entrevista também foi publicada no sítio do IHU, em 20-03-2015, disponível em <http://bit.ly/1Od2wvM>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor disse, em entrevista concedida ao IHU no ano passado, que o desafio da presidente seria fazer uma omelete sem quebrar os ovos. O que a atual situação indica?

Giovanni Alves - Temos hoje no Brasil a crise da economia vincu-

lada ao esgotamento do ciclo de crescimento ocorrido nos governos Lula da Silva e, ao mesmo tempo, o aprofundamento da desaceleração da economia brasileira por conta dos rebatimentos da crise do capitalismo global (por exemplo, não são nada desprezíveis a persistência da crise europeia e, principal-

mente, a desaceleração da economia chinesa). Mas outro elemento da crise da economia brasileira vincula-se às decisões políticas do empresariado que contingencia investimentos — parte por razões políticas. A economia sempre tem uma variável política, o que significa que, a partir de certo momento,



“A massa da “classe média”, organizada nas ruas pelo PIG no dia 15/03, tornou-se a segunda manifestação da direita depois das jornadas de 2013”

a presidente Dilma passou a não contar com a confiança dos investidores privados, isto é, uma parte da burguesia interna, que compunha a frente política do neodesenvolvimentismo, que abandonou o barco do governo Dilma.

Como disse certa vez Márcio Pochmann¹: “Eles não nos querem mais”. A fratura da frente política do neodesenvolvimentismo marcou o início efetivo da crise do governo Dilma. Essa reação política da grande burguesia ao governo Dilma ocorreu logo após seu primeiro ano de governo e antecedeu às manifestações nas ruas em junho de 2013. Fins do ano de 2012 é um ponto de inflexão importante. O empresariado brasileiro rentista, vinculado ao capital financeiro hegemônico, insurgiu-se, naquele momento, contra a política adotada pelo governo Dilma no início de mandato, que levou, por exemplo, à redução das taxas básicas de juros, à valorização dos bancos públicos no financiamento do consumo popular e, principalmente, à adoção do marco regulatório do pré-sal. Enfim, Dilma, naquele primeiro momento, cometeu o “pecado mortal” de ferir interesses do grande capital financeiro hegemônico no Brasil e os interesses do imperialismo norte-americano.

¹ **Márcio Pochmann** (1962): economista e político brasileiro. Foi pesquisador visitante em universidades da França, Itália e Inglaterra, com pós-doutorado nos temas de relações de trabalho e políticas para juventude. Também atuou como consultor no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e no Dieese. Foi também presidente Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em Brasília. (Nota da **IHU On-Line**)

Portanto, o grande empresariado rentista passou a hostilizar, com virulência política (e midiática), o governo Dilma, num momento em que a economia brasileira enfrentava as primeiras dificuldades externas.

O ciclo de valorização das *commodities* tinha-se encerrado e a indústria brasileira tinha perdido a competitividade, em parte devido à apreciação cambial. Portanto, desde 2012, pelo menos, assistimos ao declínio das taxas de crescimento da economia brasileira. Ao mesmo tempo, no decorrer do processo, começam a surgir pressões inflacionárias provocando mudanças no padrão de vida das classes sociais, principalmente das camadas médias urbanas. Sob o governo Dilma prosseguiu a ofensiva midiática contra dirigentes do PT acusados no “mensalão”. Dia e noite imputava-se ao PT a pecha de “partido corrupto”.

Classe média entra em cena

Entretanto, no começo de 2013 indicadores sociais positivos do mercado de trabalho contrastavam com a desaceleração da economia brasileira. Apesar de a economia não crescer, se mantinham — e ampliavam-se — programas sociais e benefícios trabalhistas, lastro social dos governos neodesenvolvimentistas. O desajuste fiscal era inevitável. Podemos dizer que o ano de 2013 foi o ano de escalada da ofensiva da oposição neoliberal contra o governo Dilma.

No começo deste ano se avolumam as críticas da mídia hege-

mônica à política econômica de Guido Mantega.² É nesse momento que a frente política do neodesenvolvimentismo apresenta suas primeiras rachaduras políticas (de um lado o PSB de Eduardo Campos³; do outro, setores do PMDB em disputa com o PT, de olho nas eleições parlamentares de 2014). Enquanto isso, o PIG (Partido da Imprensa Golpista), persistia na sagrada cruzada de desmoralização do “governo do PT” com o mensalão. A popularidade de Dilma, que se mantinha elevada no começo de 2013, despenca em julho daquele ano, com as jornadas de junho de 2013. Naquele momento, a “classe média” em crise entra em cena.

Na verdade, é importante que se diga, mudanças sociais estavam ocorrendo na estratificação social brasileira nos últimos dez anos. Por exemplo, na era do lulismo⁴, principalmente a partir de 2010,

² **Guido Mantega** (1949): economista brasileiro, foi ministro da Fazenda do Governo Lula e do primeiro governo de Dilma Rousseff. Mantega é doutor em Sociologia e professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Desde 1993 trabalhava como assessor pessoal de Lula, para assuntos econômicos. Foi ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Eduardo Henrique Accioly Campos** (1965-2014): foi economista e político brasileiro, governador de Pernambuco por dois mandatos, presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e candidato à Presidência da República nas eleições presidenciais de 2014. Neto de Miguel Arraes de Alencar, era graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Sua morte ocorreu em 13 de agosto de 2014, quando o jato em que viajava do Rio de Janeiro a Guarujá caiu em um bairro residencial da cidade de Santos, em plena campanha presidencial. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Lulismo**: o termo cunhado pelo cientista político André Singer, que também foi porta-voz do ex-presidente Lula, de 2002 a 2007. Nascido durante a campanha de 2002, o lulismo representou o afastamento em relação a componentes importantes do programa de esquerda adotado pelo PT e o abandono das ideias de organização e mobilização. Busca um caminho de conciliação com amplos setores conservadores brasileiros. Sob o signo da contradição, o lulismo se constituiu como um grande pacto social conservador, que combina a manutenção da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com fortes políticas distributivistas sob o governo Lula (2002-2010). (Nota da **IHU On-Line**)

ocorria uma queda do padrão de vida da alta e média “classe média” e, inclusive, de parte da massa trabalhadora. O fenômeno social a ser salientado, nesse período, é o aumento da baixa classe média. Num interessante estudo do Instituto de Economia da Unicamp, o pesquisador Waldir Quadros observou, comparando dados da PNAD de 2012 e 2013: “De um lado, encolhem as participações das pessoas e famílias com ‘padrão de vida’ de Alta e Média Classe Média, sugerindo uma queda em cascata que incha a Baixa Classe Média. De outro, aumenta a participação da camada de Miseráveis e as variações das outras camadas indicam que também ocorreu uma descida de integrantes da Baixa Classe Média para a Massa Trabalhadora (pobres) e desta para a última camada”. Traduzindo: aumentou a “proletarização” da “classe média”. É isto que explica a interrupção nas ruas da “classe média” em 2013 e 2015 — massa de manobra do PIG. Foram os filhos da baixa classe média — o precariado — que compuseram, no começo, a espinha dorsal das jornadas das manifestações de massa de 2013. Depois, irrompeu nas ruas a “classe média” por inteiro, instigada pelo PIG.

Demandas sociais

Em 2013 colocaram-se demandas sociais legítimas desprezadas pelos governos neodesenvolvimentistas nos últimos dez anos. Naquele momento de 2013, a direita se reorganizava pela primeira vez no Brasil, conduzida pelo PIG, tomando de assalto as ruas. Num primeiro momento, a organização da direita, utilizando como massa de manobra a “classe média” inquieta, ainda ocultava o caráter reacionário por trás de demandas sociais legítimas de insatisfação das camadas médias urbanas (só mais tarde, em 2015, as demandas sociais legítimas se reduziram toscamente ao combate à corrupção, impeachment e intervenção militar). Enfim, o primeiro governo Dilma foi um governo

de crise e explicitação dos limites do neodesenvolvimentismo. Como dizemos, a economia política do neodesenvolvimentismo, naquelas condições indicadas acima, se voltavam, quase como uma reação sistemática, contra o próprio governo. O feitiço do lulismo se voltou contra o feitiço.

“

“As manifestações dos dias 13 e 15 expõem o grau da luta de classes no país”

Reeleição e a paralisia política

Em 2015, Dilma ganhou a eleição para a Presidência da República com pequena vantagem. Depois da Copa do Mundo aprofundou a crise da economia brasileira. O novo governo teria pela frente um imenso desajuste fiscal. Ao mesmo tempo, as dificuldades externas e a ofensiva contínua do PIG, manipulando a Operação Lava Jato e o dito “petróleo”, paralisam investimentos. Das eleições de 2014, sai um Congresso ainda mais conservador com grandes dificuldades para compor uma base aliada. A paralisia política do governo ocorre no mesmo momento em que se coloca a necessidade de ajuste fiscal capaz de garantir a retomada do crescimento. Aprofunda-se a crise política. Dilma recua e busca recompor o apoio do empresariado rentista prometendo fazer um ajuste fiscal efetivo nos moldes ortodoxos. Para moldar a “nova roupa do Rei”, Dilma indica como Ministro da Fazenda Joaquim Levy, nome indicado pelo Bradesco. O ajuste neoliberal tornou-se a obsessão do governo. Ao invés de “Pátria Educadora”, o governo Dilma deveria ter como lema “Pátria Fiscal”.

Na verdade, na medida em que o Brasil é uma economia capitalista inserida no contexto do capitalismo predominantemente financeirizado, elo mais forte do imperialismo na América do Sul, tornou-se urgente resgatar a confiança dos mercados para garantir investimentos. Enfim, para o governo neodesenvolvimentista, que nunca colocou no horizonte romper com a hegemonia neoliberal nas finanças, não haveria saída a não ser “quebrar os ovos” (ajuste fiscal) se quisesse “fazer omeletes” (fazer o Brasil crescer). Alguns dizem que Dilma poderia ter escolhido outro tipo de ajuste fiscal onde os ricos pagariam a conta da crise. Entretanto, o DNA do neodesenvolvimentismo impediu tal façanha de esquerda e impôs-se a variável política do neodesenvolvimentismo, modo de desenvolvimento capitalista que nunca rompeu com a lógica neoliberal na gestão orçamentária.

Limites do neodesenvolvimentismo

Enquanto a economia crescia, os limites do neodesenvolvimentismo não se manifestavam. Eram os tempos gloriosos do lulismo. Mas quando a economia desacelerou e entra em crise, a miséria do neodesenvolvimentismo se explicita com sua incapacidade política de romper com o Estado neoliberal, que tornou-se seus grilhões. Os grilhões do Estado neoliberal paralisam efetivamente a ação política progressista dos governos neodesenvolvimentistas — principalmente na época de crise. Enfim, o governo Dilma encontra-se numa paralisia política imposta pelos limites do neodesenvolvimentismo. Um governo constrangido pelo Estado neoliberal não poderia adotar outro tipo de ajuste fiscal. O orçamento é uma peça política. A correlação de forças adversas à esquerda na sociedade política e na sociedade civil (Estado neoliberal), contribuiu para o modo de ajuste fiscal a ser adotado. Na sociedade civil, a hegemonia neoliberal na classe

média é flagrante há décadas. O setor dirigente do PT nunca disputou a hegemonia social. Pelo contrário, acomodou-se com o Estado neoliberal, imiscuindo-se na administração da ordem burguesa corrompida. Ao mesmo tempo, desprezou-se a formação moral-intelectual dos quadros dirigentes e das massas trabalhadoras, permitindo a imbecilização cultural das massas e a corrupção de quadros militantes na medida em que o PT tornou-se um mero partido eleitoral.

Expectativas

O que esperar do governo Dilma? Ao adotar um ajuste fiscal nos moldes da austeridade neoliberal, o governo Dilma deve aprofundar a crise social, acirrando não apenas a proletarianização da “classe média”, massa de manobra da direita, mas contribuindo para a degradação da massa trabalhadora e o aumento dos miseráveis. Enfim, tal política de ajuste fiscal ortodoxa ameaça de dissolução a base eleitoral dos governos neodesenvolvimentistas. Na verdade, a “loucura” da “classe média”, leito da reação da direita, decorre do espectro de proletarianização — em-si e para-si. Ao mesmo tempo, aproveitando-se do medo de proletarianização da “classe média”, o PIG constrói sua massa de manobra, cultivando o ódio de classe contra a esquerda e o “governo de corrupção” do PT, tornando o mote da corrupção como sendo o “Deus ex machina” da miséria nacional.

IHU On-Line - Qual é a raiz da atual crise política instalada no Brasil?

Giovanni Alves - Temos hoje no país a crise da frente política do neodesenvolvimentismo, explicitada pelas divergências da base governista (PT e PMDB) e pela perda de confiança da burguesia interna mais financeirizada nas ações de governo. O governo Dilma tem uma única preocupação hoje: “soldar” a frente política do neodesenvolvimentismo para

garantir a governabilidade contra uma oposição neoliberal sedenta em destituí-la. Para isso, o governo deve procurar reaproximar-se do PMDB e garantir o ajuste fiscal de viés neoliberal. Enfim, ele busca redimir-se dos “erros” políticos cometidos no primeiro mandato quando desgostou os interesses da burguesia interna financeirizada e procurou articular-se contra o protagonismo do PMDB. O único foco do governo é recompor sua base política, nem que para isso tenha que frustrar seu eleitorado de esquerda (o que pode ser um preço muito alto).

IHU On-Line - Como avalia as manifestações de sexta, 13-03-2015 e as de domingo, 15-03-2015? Que diferenças e semelhanças aponta entre elas?

“**Temos hoje no país a crise da frente política do neodesenvolvimentismo, explicitada pelas divergências da base governista (PT e PMDB)**”

Giovanni Alves - As manifestações dos dias 13 e 15 expõem o grau da luta de classes no país. Por um lado, setores do movimento sindical e popular de esquerda buscando garantir direitos dos trabalhadores e a defesa da Petrobras. Nas manifestações do dia 13/03 não se tratou de defender o governo Dilma, embora poderosas forças ocultas atentem contra este governo, buscando usurpar direitos dos trabalhadores e privatizar a Petrobras. Por outro lado, a massa da “classe média”, organizada nas ruas pelo PIG no dia 15/03 tornou-se a se-

gunda manifestação da direita depois das jornadas de 2013, dessa vez desnudando suas intencionalidades golpistas. A consciência contingente da classe média deformada pelo PIG encontrou no governo Dilma e na corrupção exposta pela Operação Lava Jato, o “bode expiatório” do medo de proletarianização social e das misérias do neodesenvolvimentismo.

IHU On-Line - O senhor considera junho de 2013 uma manifestação de direita?

Giovanni Alves - Está claro que junho de 2013 foi o ensaio geral para o 15 de março de 2015. O PIG encontrou sua “massa de manobra”, a “classe média” inquieta e apavorada pelo empobrecimento, material e espiritual, multidão de “coxinhas” (como dizem os governistas), que descobriu nas ruas um meio para fazer o espetáculo de suas bizarrices. Se em 2013 saíram às ruas os filhos da “classe média”, inquietos e rebeldes (o precariado), em 2015 saíram às ruas seus pais ou mesmo toda família verde-amarela.

IHU On-Line - Então, na sua avaliação não houve razões para as manifestações de domingo?

Giovanni Alves - Há sempre razões — explícitas ou imanentes — para que ocorram movimentos sociais nas ruas. O problema é que as verdadeiras razões da indignação de “classe média” podem ser manipuladas. É preciso decifrá-las. Elas indicam o que tenho salientado — o neodesenvolvimentismo com seu choque de capitalismo e modo de vida “just-in-time” explicitou carecimentos radicais nas classes sociais subalternas — incluindo a “classe média” urbana —, incapazes de serem satisfeitos pela nova ordem burguesa caduca, sendo manipulados pelas forças ocultas da reação de direita organizada, interna e externamente.

IHU On-Line - Mas só esteve nas manifestações a classe média

que menos se beneficiou com o lulismo?

Giovanni Alves - Não apenas — existe uma miséria brasileira que percorre a história deste país que se torna visível para a “classe média” mais bem informada e que se indigna contra o *estado de coisas*. Na verdade, a corrupção da coisa pública é parte orgânica da ordem burguesa no Brasil. O problema é que, ao mesmo tempo que é mais bem educada e informada, a “classe média” é a mais suscetível de manipulação pela direita ideológica e política, direita que oculta, por exemplo, que a corrupção é endêmica no capitalismo. A manipulação intensa e extensa da “classe média” é parte do projeto hegemônico da direita que quer cretinizá-la espiritualmente. A esquerda precisa saber disputar ideologicamente a “classe média”.

IHU On-Line - Os pobres também foram às ruas?

Giovanni Alves - Não. Os pobres assistiram bestificados às duas manifestações. Os pobres — o subproletariado — ainda não entraram em cena.

IHU On-Line - Concorde com a tese de que a Nova República acabou a partir das manifestações de ontem, da crise do governo e da falta de perspectiva em relação aos partidos?

Giovanni Alves - Qual “Nova República”? Não sei o que significa o termo “Nova República” nesta conjuntura. O neodesenvolvimentismo nunca significou uma “Nova República”. As manifestações dos dias 13 e 15 não romperam com a dinâ-

mica social e política da sociedade brasileira.

IHU On-Line - Essas manifestações podem ter algum desdobramento político, no sentido de uma reforma política, por exemplo, como anunciaram os ministros Cardozo e Rossetto, domingo à noite?

Giovanni Alves - A Reforma Política que se desenha hoje no Congresso Nacional é a Reforma Política do PMDB. Portanto, uma Reforma Política mais conservadora que preserva o financiamento privado nas eleições e cria o voto distrital. Enfim, ao invés da democratização da política e da sociedade brasileira, caminhamos para a oligarquização da via institucional, consolidando uma democracia meramente protocolar, com sérios riscos de bloquearmos a via institucional-democrática para as mudanças sociais (como ocorreu no México, por exemplo).

IHU On-Line - Alguns analistas apontam que as manifestações agravam ainda mais a crise no governo, especialmente porque diante da baixa popularidade Dilma perde ainda mais o apoio dos aliados. Nesse sentido, vislumbra rearticulações no Congresso e nas ações do PMDB e do PSDB?

Giovanni Alves - Acredito que o governo Dilma vai agir para recompor aliança com o PMDB e fazer o ajuste fiscal da burguesia. Não existe outra saída factível na ótica do neodesenvolvimentismo. No momento, não interessa para o PMDB — e inclusive para a burguesia — sua destituição, que

interessa apenas à oposição do PSDB-DEM-PPS.

IHU On-Line - Como deve ficar a Política de Valorização do Salário-mínimo e os direitos trabalhistas a partir dos ajustes anunciados?

Giovanni Alves - Provavelmente deve-se manter, mas com corretivos. O governo Dilma sabe que acabar com isso significa romper de vez com sindicatos e centrais sindicais. Enfim, ela deve fazer um “jogo de cintura” para manter tais políticas progressistas, com os devidos corretivos, e, nesse momento, fazer o ajuste fiscal da burguesia.

IHU On-Line - O que vislumbra após as manifestações? Vê alguma saída para essa crise?

Giovanni Alves - A saída vai depender da capacidade do governo em encontrar uma nova maioria política no Congresso Nacional, fazer a economia crescer e retomar as políticas sociais de combate à pobreza, redução das desigualdades sociais e garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores. Entretanto, existem condições pressupostas para que isso ocorra: resgate da representação popular por meio da verdadeira Reforma política; controle democrático dos meios de comunicação de massa por meio da Reforma da Mídia; e democratização do Poder Judiciário. Além disso, o cenário externo precisa ser favorável — a situação da Europa e inclusive da economia dos EUA está incerta; a China decidiu não mais crescer a taxas espetaculares. Portanto, sair da crise implica ter um cenário externo favorável — o que é deveras improvável.

LEIA MAIS...

- *Ser-mercadoria num momento histórico de crise radical da forma-mercadoria*. Entrevista com Giovanni Alves, publicada na edição 416 da IHU On-Line, 29-04-2013, disponível em <http://bit.ly/1l6lclD>.
- *A omissão silenciosa e o avanço da precarização trabalhista: as perspectivas do governo Dilma em 2015*. Entrevista especial com Giovanni Alves, publicada no sítio do IHU em 16-12-2014, disponível em <http://bit.ly/1wVoFsS>.